

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional**a) Informações gerais**

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca) e Divisão Revestimentos Cerâmicos. Conta atualmente com dezessete unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Duratex S.A. (atual denominação da Tablemac S.A.), mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica e Peru.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de painéis de MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média e alta densidade de fibra), pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com nove unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

A Divisão Revestimentos Cerâmicos opera com duas unidades industriais no País, responsáveis pela produção de revestimentos cerâmicos, com a marca Ceusa.

b) Celebração de acordo com o grupo austríaco Lenzing

Em 21 de junho de 2018, a Companhia celebrou com a Lenzing AG, grupo austríaco líder mundial na produção de fibras de celulose, um acordo para formação de uma *joint venture*, para construção de uma fábrica para produção e comercialização de celulose solúvel (do tipo viscose). A Duratex participará com 49% e a Lenzing com 51% da Nova Companhia. Os resultados da Nova Companhia serão reconhecidos no resultado da Duratex por equivalência patrimonial. Além de estabelecer a governança da *joint venture*, o Acordo também garante a venda da totalidade da produção de celulose solúvel para a Lenzing, em condições de mercado com localização estratégica no Estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, próximo a São Paulo. A capacidade anual deste projeto deverá ser de 450 mil tons de celulose solúvel, com estimativa inicial de investimento de aproximadamente USD 1,0 bilhão. O investimento por parte da Duratex no capital social da Nova Companhia, será através do aporte de ativos florestais de cerca de 43 mil hectares de efetivo plantio de eucaliptos que possui na região, completando com aporte financeiro. Para compor o montante total do investimento, a *joint venture* buscará recursos através de financiamento de terceiros, visando otimizar sua estrutura de capital. Este acordo não afetará a capacidade de fornecimento de madeira própria da Duratex para suas unidades de produção de painéis, ao mesmo tempo otimizará a utilização de seus ativos florestais atualmente excedentes, alavancando a rentabilidade das operações recorrentes, e diversificará os riscos da Companhia, ampliando seu leque de atuação para o mercado de celulose, que possui menor exposição ao nível de atividade do mercado doméstico. A decisão final quanto à implementação do projeto ocorrerá no segundo semestre de 2019, e o início da produção está previsto para 2022. Como etapa inicial do projeto, em dezembro

de 2018, Duratex e Lenzing aportaram capital na empresa LD Florestal S.A., cabendo a Companhia o montante de R\$ 39 milhões, referente a 50% de capital da empresa. Tal empresa faz parte da estrutura societária prevista no projeto.

c) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2019.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo

o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda., Cerâmica Urussanga S.A. (Ceusa), Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Belgium N.V., Duratex S.A.(atual denominação da Tablemac S.A.), Tablemac MDF S.A.S. e Forestal Rio Grande S.A.S..

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(d) Investimento em entidade controlada em conjunto (joint operation)

A Duratex Florestal Ltda. controlada da Duratex S.A. que detém 99,99% de seu capital, e a Usina Caeté S.A., mantêm contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital total da Caetex Florestal S.A..

2.2.2 – Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviço para um cliente.

Esta norma substituiu o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com efeito de adoção da norma reconhecida na data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18 e interpretações relacionadas.

Vendas de bens

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, a adoção do CPC 47 não impactou a receita e resultado do Grupo, uma vez que a receita é reconhecida no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente na entrega dos bens.

Após a análise dos contratos com clientes, verificamos a necessidade de ajustes no reconhecimento de deduções de vendas pela bonificação dada aos clientes pelo atingimento de volumes de compras de produtos.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ativo	
IR e CS diferidos	1.844
Passivo	
Contas a pagar	5.424
Patrimônio Líquido	
Lucros acumulados	(3.580)

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, na demonstração do resultado do exercício e na demonstração dos resultados abrangentes consolidadas.

Impacto no Balanço Patrimonial anual Consolidado

Ativo	Conforme Apresentado	Ajustes		Sem efeito do CPC 47 / IFRS 15
		01/01/2018 Transição	31/12/2018 Posterior	
Ativo circulante	3.651.832			3.651.832
I.Renda e CS. Diferidos	370.757	(1.844)	(3.156)	365.757
Demais não circulantes	5.599.498	-	-	5.599.498
Ativo não circulante	5.970.255	(1.844)	(3.156)	5.965.255
Total do ativo	9.622.087	(1.844)	(3.156)	9.617.087
Passivo				
Contas a pagar/ provisões	204.167	(5.424)	(9.282)	189.461
Demais circulantes	1.868.379	-	-	1.868.379
Passivo circulante	2.072.546	(5.424)	(9.282)	2.057.840
Passivo não circulante	2.914.674	-	-	2.914.674
Patrimônio Líquido				
Patrimônio Líquido	4.634.867	3.580	6.126	4.644.573
Total do passivo e patrimônio líquido	9.622.087	(1.844)	(3.156)	9.617.087

Impacto na Demonstração de Resultado e do Resultado Abrangente consolidados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Conforme Apresentado	Ajustes	Sem efeito do CPC 47 / IFRS 15
Receita líquida de vendas	4.949.361	20.424	4.969.785
Variação do valor justo do ativo biológico	148.134	-	148.134
Custo dos produtos vendidos	(3.798.982)	-	(3.798.982)
Lucro bruto	1.298.513	20.424	1.318.937
Despesas operacionais	(565.858)		(565.858)
Lucro operacional antes do financeiro	732.655	20.424	753.079
Resultado financeiro	(150.296)	-	(150.296)
Resultado antes dos impostos	582.359	20.424	602.783
Imposto de renda e contribuição social	(150.563)	(6.944)	(157.507)
Lucro líquido do período	431.796	13.480	445.276
Resultado abrangente total	461.712	13.480	475.192

b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ativo	
Contas a receber de clientes	(5.001)
IR e CS diferidos	1.700
Patrimônio Líquido	
Lucros acumulados	(3.301)

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Redução ao valor recuperável

O efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros refere-se ao contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39 e agora são classificados ao custo amortizado. Um aumento de R\$ 5.001 na provisão para *impairment* destes recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48 / IFRS 9.

Contabilidade de Hedge

Uma vez que o CPC 48 / IFRS 9 não alterou os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2.3 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - *Leases*, e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, que é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, uma vez que a adoção antecipada não é permitida no Brasil.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia avaliou os potenciais impactos da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão alterar em decorrência de que as novas políticas contábeis estão sujeitas a mudanças até a apresentação das demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial e também por revisões dos itens no escopo e/ou das conclusões de seus respectivos impactos, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

O principal impacto em 1º de janeiro de 2019, está relacionado às operações com arrendamento de terras rurais no valor presente estimado de R\$ 508,4 milhões. Os demais arrendamentos compreendem imóveis administrativos, centro de distribuição e veículos no valor presente estimado de R\$ 13,0 milhões.

Esses valores serão contabilizados no ativo não circulante, na conta de direito e uso e no passivo de arrendamentos.

A Companhia espera que a adesão do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afetará sua capacidade de atender os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada. Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos

de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia também planeja aplicar os seguintes expedientes práticos e isenções:

- a) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4;
- b) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia irá reconhecer os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- c) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia irá reconhecer os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- d) Aplicar uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente);

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício social se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

As perdas estimadas com *impairment* no contas a receber, são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e portanto são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 15. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações

financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada e saúde

A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários as unidades de Aracaju – SE e o centro de distribuição de Tubarão–SC. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, 13 operadoras de saúde totalizavam 25.059 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela modificação de valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 – Arrendamentos

Até dezembro de 2018, o Grupo possuía contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacionais são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Reunião do Conselho de Administração.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 51,1 milhões, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 8,3 milhões, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência e saúde

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Provisão para contingências

O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada por seus consultores jurídicos. Os montantes contabilizados são atualizados e a Administração do Grupo acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

a) Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui dois contratos desta modalidade, com valor *notional* de US\$ 50.000 mil cada um, com vencimentos em 12/08/2019 e 16/08/2019, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b) Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 385.000 sendo o último vencimento em 17/06/2020 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c) Contrato de SWAP IPCA+prefixada x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 44.009 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva CDI.

A controlada Duratex Florestal possui dois contratos com valor agregado de R\$ 60.860 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva CDI.

A Companhia e sua controlada Duratex Florestal contrataram essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixada de juros em dívidas indexadas ao CDI.

d) Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 34.790 mil com vencimento em 31/01/2019 e posição vendida em Dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de zerar a exposição cambial na data de contratação (27/12/2018). Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

e) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2018	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	354.985	584.333	392.891	607.911	32.192	-
Taxa Pré-Fixada	385.000	20.000	394.890	20.236	4.763	-
IPCA +	44.009	-	44.194	-	84	-
Posição Passiva						
CDI	(783.994)	(604.333)	(794.936)	(611.764)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda						
NDF	136.829	102.420	136.155	102.153	1.974	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.

f) Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% possível e remoto, respectivamente, de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 3,9334 e o CDI médio de 6,49% a.a..

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição do risco	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	4.472	(3.133)	(11.308)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas prefixadas		(4.472)	3.133	11.308
	Efeito Líquido		-	-	-
De taxa de Juros	SWAP - IPCA+ / CDI	Aumento CDI	(4.636)	(69.410)	(152.729)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas IPCA+		4.636	69.410	152.729
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	9.746	(94.673)	(199.091)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	(9.746)	94.673	199.091
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	(8)	33.724	67.457
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	8	(33.724)	(67.457)
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2020 e 2021	2022 a 2026	2027 em diante	Menos de 1 ano	2020 e 2021	2022 a 2026	2027 em diante
31/12/2018								
Empréstimos	656.587	1.286.527	30.571	8.756	704.413	1.375.426	758.740	24.025
Fornecedores	340.303	-	-	-	441.289	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	35.580	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.032.470	1.286.527	30.571	8.756	1.145.702	1.375.426	758.740	24.025

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A - Empréstimos e financiamentos	1.982.441	2.237.920	2.862.604	3.174.824
de curto prazo	656.587	696.882	704.413	764.824
de longo prazo	1.325.854	1.541.038	2.158.191	2.410.000
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	269.488	402.698	1.162.241	1.074.364
C-(-) Títulos e valores mobiliários	-	57.292	-	-
D=(A-B-C) Dívida líquida	1.712.953	1.777.930	1.700.363	2.100.460
E- Patrimônio líquido	4.633.703	4.715.365	4.634.867	4.716.319
D/E=Índice de alavancagem financeira	37%	38%	37%	45%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40-R1/IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Custo amortizado		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	990.261	992.558	-	-	-	-	990.261	992.558
Contas a receber de clientes	1.175.458	932.917	-	-	-	-	1.175.458	932.917
Contas a receber de partes relacionadas	38.697	35.146	-	-	-	-	38.697	35.146
Depósitos vinculados	54.528	51.343	-	-	-	-	54.528	51.343
Total	2.258.944	2.011.964	-	-	-	-	2.258.944	2.011.964
PASSIVOS								
Empréstimos	-	-	2.067.668	2.563.060	794.936	611.764	2.862.604	3.174.824
Dividendos/JCP	-	-	546.842	61.273	-	-	546.842	61.273
Total	-	-	2.614.510	2.624.333	794.936	611.764	3.409.446	3.236.097

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	19.369	3.331	92.960	54.536
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	79.020	27.270
Aplicações em renda fixa	703	562	41.883	564
Certificados de depósitos bancários	249.416	398.805	948.378	991.994
Total	269.488	402.698	1.162.241	1.074.364

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários

Em 28 de agosto de 2017 a Companhia adquiriu da Cerâmica Urussanga S.A., 56.000.000 de debêntures simples, série única com garantia fidejussória e garantia real, nominativas, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1,00, no montante de R\$ 56.000. Em 31 de dezembro de 2017, este ativo foi eliminado no balanço consolidado.

Em fevereiro de 2018 as debêntures foram liquidadas no valor de R\$ 57.925, atualizado com remuneração de juros à razão de 105% do CDI, incidentes a partir da data de integralização.

Nota 7 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cientes no país	787.735	733.615	1.067.853	894.044
Cientes no exterior	165.996	102.062	182.236	117.605
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(62.891)	(70.489)	(74.631)	(78.732)
Total de clientes - Terceiros	890.840	765.188	1.175.458	932.917
Total de clientes - Partes Relacionadas	88.831	53.307	38.697	35.146
Total contas a receber	979.671	818.495	1.214.155	968.063

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	862.049	775.641	1.091.569	910.720
Vencidos até 30 dias	60.399	32.055	65.629	38.754
Vencidos de 31 a 60 dias	31.772	10.997	31.301	14.216
Vencidos de 61 a 90 dias	9.803	4.444	12.731	6.883
Vencidos de 91 a 180 dias	12.745	5.277	14.997	8.087
Vencidos há mais de 180 dias	65.794	60.570	72.559	68.135
Total	1.042.562	888.984	1.288.786	1.046.795

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2018	31/12/2017
A	acima de 05 anos	Pontual	41%	58%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	3%	3%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	52%	31%
D		Inadimplentes	4%	8%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A Companhia revisou sua metodologia para determinação de eventuais reduções (“*impairment*”) do valor contábil de seus contas a receber, de acordo com as diretrizes do IFRS 9. Em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o IFRS 9 para mensurar as perdas de créditos esperadas, constituindo provisão para perdas de crédito esperadas para todas as contas a receber.

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(70.489)	(61.801)	(78.732)	(69.974)
Ajuste de transição do CPC 48	(3.963)	-	(5.001)	-
Constituição/ reversão	(6.217)	(12.889)	(10.382)	(12.600)
Baixa de títulos	17.778	4.201	19.484	3.842
Saldo final	(62.891)	(70.489)	(74.631)	(78.732)

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	232.132	246.660	324.382	344.183
Matérias-primas	205.182	174.449	259.766	224.917
Produtos em elaboração	100.821	78.007	123.586	104.150
Almoxarifado geral	106.288	104.003	115.825	110.566
Adiantamentos a fornecedores (*)	22.377	29.550	660	2.520
Provisão para perdas (-)	(18.843)	(17.826)	(26.920)	(26.243)
Total	647.957	614.843	797.299	760.093

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda..

Nota 9 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundação Itaúsa Industrial (1)	1.707	2.983	1.707	2.983
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos (2)	13.257	13.037	284.214	47.427
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.931	2.931	2.931	2.931
Sinistros a receber	2.496	2.357	2.496	2.728
Venda de energia elétrica	1.361	3.601	1.361	3.601
Diferencial de alíquota SAT/ Recálculo FAP	2.243	-	2.243	-
Crédito de rebate	1.036	-	1.036	-
Demais valores a receber	5.219	1.006	6.167	3.859
Total Circulante	30.250	25.915	302.155	63.529
Fundação Itaúsa Industrial (1)	-	1.490	-	1.490
Venda de empresa controlada	60.000	-	60.000	-
Venda de fazendas/Imóveis (2)	2.174	2.422	16.387	32.024
Fomento nas operações florestais (3)	-	-	9.734	13.218
Valores a receber dos sócios participantes das SCPs	-	-	5.206	5.206
Ativos indenizáveis (4)	26.219	19.464	26.219	19.464
Retenção de valores na aquisição de empresas	29.778	27.437	29.778	27.437
Demais valores a receber	2.631	2.731	6.839	7.654
Total Não Circulante	120.802	53.544	154.163	106.493

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Saldos relativos as vendas de ativos imobilizados, principalmente de fazendas conforme nota nº 29.

(3) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;

(4) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Duratex ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

Nota 10 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar	47.120	52.973	80.162	74.252
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	8.913	9.929	11.234	12.204
PIS e COFINS a compensar	20.398	10.519	21.002	16.786
ICMS e IPI a recuperar	8.226	12.105	29.105	30.405
Outros	3.428	2.429	7.398	5.231
Total circulante	88.085	87.955	148.901	138.878
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	11.256	10.999	13.560	13.215
Total não circulante	11.256	10.999	13.560	13.215

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPCs/IFRS. As alíquotas desses

impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 55.882 de créditos detidos pela controlada Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda..

O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	77.451	46.353	88.643	55.654
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	14.016	1.982	17.042	6.808
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	8.644	9.517	10.204	10.766
Provisões para perdas nos estoques	6.406	6.304	6.578	6.366
Provisão de ajuste de ativos a mercado	28.584	18.352	29.308	18.347
Provisão de comissões a pagar	1.521	1.263	1.837	1.428
Provisões diversas	18.280	8.935	23.674	11.939
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	242.256	183.736	282.114	257.492
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	133.544	125.241	160.892	188.137
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	22.257	21.707	28.404	29.425
Provisões fiscais	20.826	9.554	22.020	10.095
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	7.335	8.194	8.949	8.459
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão sobre benefício pós emprego	10.105	3.908	10.105	3.908
Provisão sobre valor justo financiamento	1.333	-	1.408	-
Imposto de renda sobre lucros no exterior	37.702	10.635	37.702	10.635
Provisões diversas	8.662	4.005	12.142	6.341
Total de ativos de impostos diferidos	319.707	230.089	370.757	313.146
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(20.236)	(21.390)	(41.373)	(44.989)
Ajuste a valor presente de financiamento	(1.173)	(3.792)	(1.173)	(3.792)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(11.620)	(3.898)	(11.620)	(3.898)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(16.137)	(14.567)
Venda de imóvel	(868)	(869)	(5.869)	(19.039)
Ativo biológico	-	-	(185.934)	(223.274)
Carteira de clientes Satipel	(42.258)	(49.716)	(42.258)	(49.716)
Valor justo previdência complementar	(31.127)	(32.671)	(34.338)	(35.952)
Carteira de clientes Tablemac	-	-	(4.087)	(4.170)
Mais valia de ativos	-	-	(18.345)	(16.403)
Outros	(21.479)	(49.995)	(37.541)	(67.538)
Total de passivos de impostos diferidos	(128.761)	(162.331)	(398.675)	(483.338)

Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos.

Ano	Controladora	Consolidado
2019	14.016	17.042
2020	20.815	33.457
2021	27.429	31.517
2022	35.528	39.726
2023	44.263	48.641
2024	50.530	55.131
2025	56.720	61.559
2026	70.406	83.684
Total	319.707	370.757

A realização estimada dos ativos de impostos diferidos tem por base estudos elaborados pela Administração do Grupo, que demonstram a capacidade de cada uma das entidades detentoras dos respectivos créditos tributários em gerar resultados tributários futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2017 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	67.758	(170.192)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	142.232	172.097
Ajuste de transição dos CPC's 47 e 48	2.492	3.544
Transferência para IR/CS corrente	(5.703)	(5.702)
Varição Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	-	(3.953)
Compensação do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	(4.781)	(12.660)
Transferência de IRPJ no exterior	(11.358)	(11.358)
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	306	306
Saldo em 31.12.2018 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	190.946	(27.918)

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

No ativo não circulante

319.707

370.757

No passivo não circulante

(128.761)

(398.675)

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

Nota 12 – Partes relacionadas

a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas							
	Duratex Florestal		Hydra Corona		Duratex Andina		Cerâmica Urussanga	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo								
Clientes	3	-	165	235	3.418	933	-	-
Valores a receber	60	-	119	-	-	-	-	-
Debêntures simples (1)	-	-	-	-	-	-	-	57.292
Juros sobre Capital Próprio	33.700	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo c/ controladas (2)	5	-	11	-	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores (3)	27.020	20.733	8.554	2.225	-	-	-	-
Contas a pagar	1.000	-	-	-	-	-	-	-
Resultado								
Vendas (4)	6	28	175	1.032	9.541	3.333	6	-
Compras (5)	(295.144)	(255.129)	(30.961)	(9.537)	-	-	-	-
Financeiro	26	(143)	371	866	756	(1)	633	(983)

(1) Operação de Debêntures conforme nota explicativa nº6;

(2) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;

(3) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (4);

(4) Fornecimentos de produtos;

(5) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas			
	Duratex North America		Duratex Colômbia	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Cientes (1)	43.762	31.051	2.786	2.226
Resultado				
Vendas (2)	87.885	66.304	54.956	44.128
Financeiro	6.338	(797)	588	(206)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	
Resultado	31/12/2018	31/12/2017
Vendas	219	71
Despesas de aluguel (1)	(4.489)	(4.789)

(1) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

c) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.		Ligna Florestal Ltda.		Fibria Celulose	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Cientes (1)	38.697	18.862	-	-	-	16.284
Resultado						
Vendas (2)	154.684	123.545	-	-	35.218	-
Custos com arrendamentos (3)	-	-	(24.507)	(24.009)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com os contratos de arrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 2.198, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, salvo se a arrendatária (Duratex Florestal) a isto se opuser com antecedência mínima de 6 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaú Unibanco	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Aplicações financeiras (1)	-	-	19.328	21.881
Passivo				
Outros passivos (2)	-	-	7.920	10.560
Resultado				
Rendimentos de aplicações (3)	-	-	1.196	2.067
Despesas financeiras (4)	-	-	(1.633)	(852)
Outros resultados (5)	(507)	(600)	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Prestação de serviços e pagamento;

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(4) Despesas com cobranças de títulos;

(5) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2018 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos Administradores da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi R\$ 16.504 como honorários (R\$ 15.612 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 11.366 como participações estatutárias (R\$ 7.676 em 31 de dezembro de 2017) e remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações R\$ 2.337 (R\$ 3.088 em 31 de dezembro de 2017), aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2018.

Nota 13 – Investimentos em controladas e coligadas

a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas														Coligada	Total
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Bale Com. Prod.	Pescara Adm. Part.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Duratex Belgium	Griferia Sur	Hydra Corona	Duratex Andina	Massima Revest.	Cerâmica Urussanga	Viva Decora	LD Florestal S.A.	
Acções/ quotas possuídas (Mil)	301	12	374	-	-	1	47	100	3.112	259.650	1.637	-	2.464.595	535	21.470	
Participação %	99,99	99,99	99,99	90,00	90,00	100,00	100,00	5,05	56,90	100,00	100,00	99,99	99,98	35,07	50,00	
Capital social	901.542	12	374	10	-	1	392.358	50.872	426	259.650	1.771	-	295.216	538	43.939	
Patrimônio líquido	1.789.072	363	1.622	10	-	1	585.712	70.529	(1.407)	133.122	2.208	-	167.147	3.939	60.721	
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	580.284	75	14	-	-	-	77.960	9.162	(444)	(56.999)	379	3.691	37.559	(4.638)	86	
Movimentação dos investimentos																
Em 31 de dezembro de 2016	1.596.160	282	1.511	9	1	1	408.164	2.490	-	199.380	1.577	-	-	-	-	2.209.575
Resultado de Equivalência	158.571	6	96	-	-	-	42.792	248	(689)	12.535	(33)	4.006	15.763	-	-	233.295
Aquisição - coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	481	-	481
Aquisição - valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.432	(160.675)	-	-	(136.243)
Mais valia de ativos - aquisição controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.430	88.392	-	-	117.822
Valor a receber referente reembolso de provisões que será descontado do valor a pagar na aquisição da Ceusa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.710)	-	-	(20.710)
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.111	92.943	5.779	-	104.833
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.410	-	15.262	69.638	-	-	124.310
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	-	19.784	138	-	-	79	-	-	-	-	20.001
Variação do resultado não realizado	145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145
Dividendos	(250.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.000)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	689	-	-	-	-	-	-	689
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.561)	-	(651)	(447)	-	-	(4.659)
Amortização de mais valia de estoque, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.628)	(601)	-	-	(2.229)
Em 31 de dezembro de 2017	1.504.876	288	1.607	9	1	1	470.740	2.876	-	247.764	1.623	76.962	84.303	6.260	-	2.397.310
Resultado de Equivalência	580.283	75	14	-	-	-	77.958	463	476	(56.999)	379	3.691	37.552	(1.420)	44	642.516
Variação do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.355)	-	-	-	-	-	(4.355)
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.601	141.162	-	-	155.763
Aumento / Aporte de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.229	39.164	41.393
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.906	-	1.906
Incorporação Massima pela controlada Ceusa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.873)	63.873	-	-	-
Transferência por incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.878)	30.878	-	-	-
Impairment Ágio e Marca Corona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)	-	-	-	-	-	(5.009)
Aumento de Capital com bens	-	-	-	-	47.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.417
Venda de controlada	-	-	-	-	(47.418)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.418)
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	2	-	-	-	37.000	223	-	-	206	-	-	-	-	37.431
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.048)	-	-	(260)	91	-	(2.217)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	(476)	-	-	-	-	-	-	(476)
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.333)	-	(651)	(3.737)	-	-	(7.721)
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(298.699)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(298.699)
Amortização de mais valia de estoque, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148	(218)	-	-	(70)
Em 31 de dezembro de 2018	1.786.460	363	1.623	9	-	1	585.698	3.562	-	176.020	2.208	-	353.553	9.066	39.208	2.957.771

Descrição	Controladas indiretas		
	North America	Duratex Colômbia	Duratex Belgium
Acções/ quotas possuídas (Mil)	500	33.622	1.880
Participação %	100,00	99,75	94,95
Capital social	886	54.332	50.872
Patrimônio líquido	15.634	449.995	70.529
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(533)	81.995	9.162
Movimentação dos investimentos			
Em 31 de dezembro de 2016	12.879	348.674	46.806
Resultado de Equivalência	732	44.212	4.656
Variação cambial sobre patrimônio líquido	212	8.250	2.600
Dividendos	-	(29.191)	-
Em 31 de dezembro de 2017	13.823	371.945	54.062
Resultado de Equivalência	(533)	81.779	8.699
Variação cambial sobre patrimônio líquido	2.344	24.846	4.206
Dividendos	-	(29.707)	-
Em 31 de dezembro de 2018	15.634	448.863	66.967

b) Incorporação da Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda. pela Ceusa

Em 02 de abril de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Cerâmica Urussanga S.A., a incorporação da Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda.. A incorporação faz parte de um projeto de consolidação e unificação dos negócios correlatos aos estabelecimentos comerciais do Grupo, com o objetivo de criar sinergias, otimizar o controle dos ativos das Sociedades, bem como gerar ganhos de escala, aumento de participação, resultado, benefícios comerciais e financeiros que serão absorvidos pelo grupo como um todo.

Balanço Patrimonial de Incorporação de 02 de abril de 2018 Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda.

Ativo

Circulante	48.491
Caixa e equivalentes de caixa	5.221
Contas a receber de clientes	31.920
Estoques	9.904
Demais ativos	1.446
Não circulante	39.899
Outras contas a receber e depósitos judiciais	564
I. renda e contribuição social diferidos	1.780
Imobilizado	37.470
Intangível e investimentos	85
Total do ativo	88.390

Passivo

Circulante	23.705
Empréstimos e financiamentos	8
Fornecedores	14.016
Obrigação com pessoal	2.447
Contas a pagar e impostos	7.234
Não circulante	810
Provisões para contingências	810
Total do passivo	24.515

Acervo líquido Incorporado	63.875
-----------------------------------	---------------

A Ceusa sucedeu a Massima em seus direitos e obrigações, respondendo solidariamente pelas obrigações da Massima de acordo com os termos disposto nos artigos 227 e 232, da Lei das S.A.

Desta forma os saldos contábeis da Ceusa foram impactados pelos valores incorporados apresentados no quadro acima.

c) Aumento de capital em coligada

Em 27 de agosto de 2018, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Viva Decora Internet Ltda., em R\$ 4.000.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

No período de 02 de janeiro a 26 de abril de 2018, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Cerâmica Urussanga S.A., adiantamentos para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$ 144.762.

Em 09 de outubro de 2018, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Cerâmica Urussanga S.A., adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.000.

e) Aporte de Capital

Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia aportou R\$ 39 milhões na empresa LD Florestal S.A., referente a 50% do Capital da Sociedade.

Nota 14 – Imobilizado

a) Movimentação

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	128.481	881.802	3.827.998	99.539	42.393	23.023	159.826	5.163.062
Depreciação acumulada	-	(361.673)	(2.034.576)	-	(27.793)	(22.115)	(106.725)	(2.552.882)
Saldo contábil, líquido	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Em 31/12/2017								
Saldo inicial	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Aquisições	8.500	1.947	26.522	97.894	805	17	5.178	140.863
Baixas	-	-	(270)	(24)	(6)	-	(2)	(302)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	(2.863)	(47.780)	-	(57)	-	(96)	(50.796)
Depreciações	-	(29.515)	(219.310)	-	(2.490)	(361)	(12.740)	(264.416)
Transferências	-	8.248	59.480	(75.879)	611	350	7.190	-
Saldo contábil, líquido	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Saldo em 31/12/2017								
Custo	136.981	889.134	3.865.950	121.530	43.746	23.390	172.096	5.252.827
Depreciação acumulada	-	(391.188)	(2.253.886)	-	(30.283)	(22.476)	(119.465)	(2.817.298)
Saldo contábil, líquido	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Aquisições	-	863	39.827	90.919	835	262	7.621	140.327
Baixas	-	(1.259)	(28.599)	(267)	(39)	-	(929)	(31.093)
Depreciações	-	(29.047)	(224.637)	-	(2.469)	(427)	(13.153)	(269.733)
Transferências	-	9.416	124.149	(139.227)	310	354	4.998	-
Transferência para ativo circulante (*)	(244)	(2.336)	(34.982)	-	(230)	-	(803)	(38.595)
Saldo contábil, líquido	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Saldo em 31/12/2018								
Custo	136.737	895.818	3.966.345	72.955	44.622	24.006	182.983	5.323.466
Depreciação acumulada	-	(420.235)	(2.478.523)	-	(32.752)	(22.903)	(132.618)	(3.087.031)
Saldo contábil, líquido	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	725.368	986.332	4.122.970	106.774	53.101	56.555	192.492	6.243.592
Depreciação acumulada	-	(384.025)	(2.085.328)	-	(36.347)	(48.837)	(117.160)	(2.671.697)
Saldo contábil, líquido	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Em 31/12/2017								
Saldo inicial	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Aquisições	8.797	2.218	34.049	132.472	1.106	462	9.044	188.148
Baixas	(20.836)	(14)	(1.159)	(24)	(21)	(75)	(2.534)	(24.663)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	(2.863)	(47.780)	-	(57)	-	(96)	(50.796)
Depreciações	-	(31.717)	(249.538)	-	(2.815)	(1.815)	(17.052)	(302.937)
Transferências	-	9.564	90.847	(116.108)	629	2.943	12.125	-
Aquisição das controladas Ceusa e Massima	2.061	20.446	27.772	2.279	804	92	986	54.440
Mais valia - Ceusa e Massima	6.573	24.370	10.920	-	-	-	3.405	45.268
Amortização - Mais Valia	-	(969)	(3.483)	-	(22)	(7)	(178)	(4.659)
Variação cambial	8.637	1.351	3.282	31	11	5	128	13.445
Saldo contábil, líquido	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Saldo em 31/12/2017								
Custo	730.600	1.040.435	4.237.418	125.424	55.551	59.975	215.372	6.464.775
Depreciação acumulada	-	(415.742)	(2.334.866)	-	(39.162)	(50.652)	(134.212)	(2.974.634)
Saldo contábil, líquido	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Aquisições	9.239	1.231	56.946	155.175	1.847	1.415	11.941	237.794
Baixas	(57.111)	(1.472)	(33.565)	(344)	(57)	(92)	(3.358)	(95.999)
Depreciações	-	(32.390)	(262.665)	-	(2.943)	(2.335)	(18.418)	(318.751)
Transferências	-	10.198	151.597	(173.423)	478	4.080	7.070	-
Amortização - Mais Valia	-	(2.772)	(4.859)	-	(21)	(7)	(62)	(7.721)
Variação cambial	9.673	5.232	12.499	89	30	38	617	28.178
Transferência para ativo circulante (*)	(56.233)	(2.336)	(34.982)	-	(230)	-	(1.080)	(94.861)
Saldo contábil, líquido	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Saldo em 31/12/2018								
Custo	636.168	1.050.516	4.385.054	106.921	57.598	65.409	230.500	6.532.166
Depreciação acumulada	-	(448.132)	(2.597.531)	-	(42.105)	(52.987)	(152.630)	(3.293.385)
Saldo contábil, líquido	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, São Leopoldo-RS, Queimados-RJ e Jundiá-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiá-SP e Jacareí-SP para produção de metais e Aracaju-SE para produção de chuveiros, (iii) em Revestimentos, plantas de Urussanga - SC para produção de revestimentos cerâmicos e (iv) na Florestal, nas plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Lençóis Paulista-SP, Monte Carmelo-MG, Taquari-RS e Uberaba-MG. Em 31 de dezembro de 2018, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 43,0 milhões.

Durante o exercício de 2018, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação. Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Construções e benfeitorias	4,0%	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,8%	6,6%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Veículos	20% a 25%	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado terrenos, fazendas e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$ 2.050.

Nota 15 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Duratex S.A. na Colômbia (nova denominação da Tablemac S.A.), bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía aproximadamente 157,3 mil hectares em áreas de efetivo plantio (179,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2017) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/ metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.
- v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de formação dos ativos biológicos	1.030.012	1.044.450
Diferencial entre custo e valor justo	543.614	654.405
Transferência para ativo circulante(*)	(9.035)	-
Valor justo dos ativos biológicos	1.564.591	1.698.855

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.698.855	1.528.917
Variação do valor justo		
Preço volume	148.134	214.933
Exaustão	(258.925)	(123.118)
Variação do valor histórico		
Formação	178.214	176.343
Exaustão	(192.652)	(98.220)
Saldo subtotal	1.573.626	1.698.855
Transferência para ativo circulante(*)	(9.035)	-
Saldo total	1.564.591	1.698.855

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2018	31/12/2017
Variação do valor justo	148.134	214.933
Exaustão do valor justo	(258.925)	(123.118)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 43,37 /m³ (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 43,24 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 74.176.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 13.790.

Nota 16 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	82.795	8.076	254.798	396.161	741.830
Amortização acumulada	(49.971)	(989)	-	(185.383)	(236.343)
Saldo contábil, líquido	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Em 31/12/2017					
Saldo inicial	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Adições	8.904	-	-	-	8.904
Amortizações	(6.596)	-	-	(26.467)	(33.063)
Saldo contábil, líquido	35.132	7.087	254.798	184.311	481.328
Saldo em 31/12/2017					
Custo	91.699	8.076	254.798	396.161	750.734
Amortização acumulada	(56.567)	(989)	-	(211.850)	(269.406)
Saldo contábil, líquido	35.132	7.087	254.798	184.311	481.328
Em 31/12/2018					
Saldo inicial	35.132	7.087	254.798	184.311	481.328
Adições	26.557	-	-	-	26.557
Baixas	(2.991)	(7.087)	-	-	(10.078)
Amortizações	(7.217)	-	-	(26.467)	(33.684)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(206.893)	(12.463)	(219.356)
Saldo contábil, líquido	51.481	-	47.905	145.381	244.767
Saldo em 31/12/2018					
Custo	115.265	989	47.905	383.698	547.857
Amortização acumulada	(63.784)	(989)	-	(238.317)	(303.090)
Saldo contábil, líquido	51.481	-	47.905	145.381	244.767

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	85.689	17.126	259.807	411.736	774.358
Amortização acumulada	(51.629)	(989)	-	(188.436)	(241.054)
Saldo contábil, líquido	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Em 31/12/2017					
Saldo inicial	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Adições	8.975	-	-	-	8.975
Amortizações	(6.951)	-	-	(27.307)	(34.258)
Variação cambial	14	-	-	579	593
Aquisição de controladas Ceusa e Massima	16	-	-	-	16
Ágio - expectativa rentabilidade futura Ceusa e Massima	-	-	99.054	-	99.054
Mais valia - Ceusa	-	47.601	-	-	47.601
Saldo contábil, líquido	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285
Saldo em 31/12/2017					
Custo	94.694	64.727	358.861	412.315	930.597
Amortização acumulada	(58.580)	(989)	-	(215.743)	(275.312)
Saldo contábil, líquido	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285
Em 31/12/2018					
Saldo inicial	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285
Adições	26.693	-	8.767	-	35.460
Baixas	(2.993)	(7.299)	-	-	(10.292)
Amortizações	(7.522)	-	-	(27.686)	(35.208)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(211.902)	(12.463)	(224.365)
Variação cambial	56	-	-	976	1.032
Saldo contábil, líquido	52.348	56.439	155.726	157.399	421.912
Saldo em 31/12/2018					
Custo	118.450	57.428	155.726	400.828	732.432
Amortização acumulada	(66.102)	(989)	-	(243.429)	(310.520)
Saldo contábil, líquido	52.348	56.439	155.726	157.399	421.912

Nota 17 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis), Deca (Louças, Metais e Chuveiros) e Revestimentos Cerâmicos.

	Madeira		Deca						Revestimentos Cerâmicos
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros		2018
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Valor contábil do ágio	187.573	187.573	2.402	2.402	39.246	39.246	30.586	30.586	99.054
Valor contábil dos demais ativos	2.351.200	2.639.726	56.166	50.471	181.461	196.501	189.162	180.798	197.373
Valor contábil das UGCs	2.538.773	2.827.299	58.568	52.873	220.707	235.747	219.748	211.384	296.427
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	2.396.702	2.883.069	81.333	117.011	168.998	513.785	189.162	503.499	442.396
Impairment de ágio	(142.071)	-	-	-	(39.246)	-	(30.586)	-	-
Impairment de outros intangíveis	-	-	-	-	(12.463)	-	-	-	-

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e considera a relação entre o valor em uso e os valores contábeis das UGCs, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, o valor dos fluxos de caixa eram inferiores aos valores contábeis nas unidades de Painéis, Louças e Chuveiros e superior ao valor contábil nas unidades de Metais e Revestimentos Cerâmicos. Os valores de *impairments* foram contabilizados na demonstração de resultados em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Unidade Geradora de Caixa de Painéis

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) de Painéis, no valor de R\$ 2.396.702 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.883.069 em 31 de dezembro de 2017), foi apurado com base em seu valor em uso, e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 5 anos e representa adequadamente a realidade dos seus negócios após importantes reestruturações (venda da operação de Chapa de Fibras e paralisação da fábrica de Botucatu, por exemplo). Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 10,65% a.a. (10,35% a.a. em 2017) e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 3,75% a.a..

Foi concluído que o valor em uso é inferior ao valor contábil em R\$ 142.071 em 31 de dezembro de 2018 (superior em R\$ 55.770 em 31 de dezembro de 2017) e a Administração identificou redução ao valor recuperável para esta UGC.

Unidades Geradoras de Caixa de Louças, Metais e Chuveiros

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) de Louças, Metais e Chuveiros, no valor de R\$ 439.493 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.134.295, em 31 de dezembro de 2017) foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 5 anos, à exceção do negócio de Chuveiros com 10 anos, em função de que, nos 5 anos iniciais de projeção, esta unidade não atinge o nível de operação plena de sua capacidade atual prejudicando dessa forma o cálculo da perpetuidade. A adoção desse período, na opinião da Administração, representa adequadamente a realidade dos seus negócios após importantes reestruturações (fechamento da unidade de chuveiros em Tubarão/SC e redução significativa do portfólio de produtos Deca/Hydra, por exemplo). Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 10,65% a.a. em 31 de dezembro de 2018, (10,35% a.a. em 2017) a exceção da unidade de chuveiros onde foi aplicado um fator de risco e a taxa de desconto foi de 12,38% a.a. e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 3,75% a.a..

Foi concluído que o valor em uso é inferior ao valor contábil em R\$ 82.295 em 31 de dezembro de 2018 (superior em R\$ 634.291 em 31 de dezembro de 2017) e a Administração identificou redução ao valor recuperável para as UGCs Louças e Chuveiros e não identificou redução ao valor recuperável para a UGC de Metais.

Unidade Geradora de Caixa de Revestimentos Cerâmicos

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) de Revestimentos Cerâmicos, no valor de R\$ 442.396 em 31 de dezembro de 2018, foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 5 anos. A adoção desse período, na opinião da Administração, permite uma melhor representação dos resultados e fluxos de caixa da empresa no longo prazo e reflete as características específicas do negócio. Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 10,65% a.a. e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 3,75% a.a.

Foi concluído que o valor em uso excede o valor contábil em R\$ 145.969 em 31 de dezembro de 2018 e a Administração não identificou redução ao valor recuperável para esta UGC.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Para o cálculo do valor em uso das unidades geradoras de caixa de Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos, as seguintes variáveis foram utilizadas:

- Margens brutas
- Taxas de desconto
- Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade

Margens Brutas

As margens brutas foram projetadas considerando uma recuperação de volumes alinhados com resultados históricos e em ganhos previstos com diluição dos custos fixos devido a redução da ociosidade das fábricas. Esse crescimento representa um percentual médio de 1,2% a.a. em Painéis, 0,8% a.a. para Louças, 0,5% a.a. para Metais, 1,4% a.a. para Chuveiros e 0,6% a.a. para Revestimentos Cerâmicos.

Taxas de Desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco atual da Companhia e foi calculado pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)) que considera os componentes de financiamento de dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo de capital próprio da Duratex foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) que leva em conta o risco específico do negócio através do beta. Esse cálculo é revisado anualmente. Um aumento na percepção de risco específico (beta), do risco de mercado, do risco do país ou do custo de financiamento poderia acarretar em um aumento na taxa de desconto. Um fator de risco adicional equivalente a 1,7 p.p. sobre a UGC de Chuveiros foi adicionado ao WACC desta unidade, representando o risco adicional da reestruturação aplicada ao negócio.

Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade

A taxa de crescimento, utilizada para calcular a perpetuidade no fluxo de caixa após o período explícito foi de 3,75% a.a., uma vez que a Companhia acredita que esse percentual está adequado ao crescimento médio do setor, além de ser a meta de inflação projetada por diversos bancos centrais no exterior.

A Administração seguirá monitorando ao longo do próximo exercício, os indicadores externos e internos mais recentes em busca de identificar eventuais deteriorações que possam ocasionar em perdas por não recuperabilidade de seu ativo.

A Administração da Companhia reitera que a projeção dos fluxos de caixa futuros da UGC contém suas melhores estimativas e percepções com relação aos segmentos em que a Companhia atua e ao cenário macroeconômico.

Nota 18 – Empréstimos e financiamentos

				31/12/2018		31/12/2017	
MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES	TJLP + 2,2% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	-	-	289	-
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.	Mensal	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	-	-	361	419
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	23.518	42.438
BNDES	Pré 2,5% a.a. até 7% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	1.410	759
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	885	-
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4.378	38.510	-	-
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	102	892	-	-
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação fiduciária e nota promissória	14.926	29.312	11.015	43.990
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e fiança	847	3.795	850	4.633
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	8 % a.a.	Até Janeiro 2018	-	-	-	20.186	-
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	106.977	303.333	203.411	404.167
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	Até Outubro 2019	-	139.266	-	-	130.251
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	Até Outubro de 2020	-	-	540.151	-	505.632
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	25.563	25.325	28.555	49.973
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a./IPCA+6% a.a.	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia Ligna de Investimentos e hipoteca de bens	-	-	99	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	-	-	117.406	-
EXIM SELIC	Selic + 3,6% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	-	-	56.429	-
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 6,6% até 7,90% a.a.	Até Junho 2020		3.829	384.536	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladora				295.888	1.325.854	464.414	1.182.262
Em Moeda Estrangeira - Controladora							
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	178.217	-	756	177.631
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,82% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	-	-	175.690	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	-	-	53.735	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	182.482	-	2.287	181.145
Total em Moeda Estrangeira - Controladora				360.699	-	232.468	358.776
TOTAL DA CONTROLADORA				656.587	1.325.854	696.882	1.541.038
Em Moeda Nacional - Controladas							
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	38.075	70.715	39.632	106.073
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	-	18.843	59.136
BNDES	3,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	-	1.150	1.337
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5.826	51.252	-	-
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	386	3.389	-	-
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A.	507	693.969	726	692.429
FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	269	881	675	1.068
FINAME	Pré 9 % a.a.	Semestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	608	822	645	1.479
FINAME	TJLP + 4% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1.864	4.445	582	6.181
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	149	521	7	632
FNE	Pré 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	6.265	-	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	Mensal	-	-	-	3.631	-
CCB	100,5% CDI	Mensal	Nota Promissória	-	-	366	-
Total em Moeda Nacional - Controladas				47.684	832.259	66.257	868.335
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissoria	142	78	293	627
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	1.054	-
ACC	9,0 % a.a.	Mensal	-	-	-	338	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				142	78	1.685	627
TOTAL DAS CONTROLADAS				47.826	832.337	67.942	868.962
TOTAL CONSOLIDADO				704.413	2.158.191	764.824	2.410.000

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como swap) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

a) Avais e Fianças

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 30.717 (R\$ 48.596 em 31 de dezembro de 2017), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 50.888 (R\$ 79.407 em 31 de dezembro de 2017). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 42.597 (R\$ 56.326 em 31 de dezembro de 2017) e pela Duratex S.A. no montante de R\$ 812.825 (R\$ 850.129 em 31 de dezembro de 2017).

b) Cláusulas restritivas

O contrato consolidado de empréstimos junto ao BNDES está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, as seguintes obrigações financeiras:

- (i) EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- (iii) Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45.

A manutenção de “covenants” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo a Companhia manter o limite de cobertura da dívida através das relações acima.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A. deverá oferecer garantias adicionais.

A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2018, as obrigações contratuais acima, estão integralmente cumpridas.

(*) EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

c) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2018						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2020	1.243.274	-	1.243.274	1.287.898	16	1.287.914
2021	43.253	-	43.253	87.463	49	87.512
2022	9.415	-	9.415	710.623	13	710.636
2023	6.612	-	6.612	13.338	-	13.338
2024	5.757	-	5.757	12.516	-	12.516
2025	4.409	-	4.409	11.123	-	11.123
2026	4.378	-	4.378	11.127	-	11.127
2027	4.378	-	4.378	11.171	-	11.171
2028	4.378	-	4.378	11.209	-	11.209
Demais	-	-	-	1.645	-	1.645
Total	1.325.854	-	1.325.854	2.158.113	78	2.158.191

31/12/2017						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2019	291.393	358.775	650.168	367.053	358.951	726.004
2020	840.093	-	840.093	899.551	103	899.654
2021	42.097	-	42.097	81.837	85	81.922
2022	5.037	-	5.037	698.171	64	698.235
2023	2.234	-	2.234	2.415	71	2.486
2024	1.378	-	1.378	1.540	78	1.618
2025	31	-	31	31	50	81
Total	1.182.263	358.775	1.541.038	2.050.598	359.402	2.410.000

d) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.319.331	3.457.041
Novos empréstimos	517.613	529.248
Atualização monetária cambial e juros	208.549	329.806
Amortizações	(605.210)	(855.187)
Pagamentos de juros	(142.953)	(259.610)
Transferência de ACC para saques em liquidação	(59.410)	(59.664)
Aquisição das controladas Massima e Ceusa	-	33.190
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.237.920	3.174.824
Novos empréstimos	385.000	391.009
Atualização monetária e juros	146.155	206.799
Amortizações	(592.200)	(655.080)
Pagamentos de juros	(191.812)	(252.326)
Transferência de ACC para saques em liquidação	(2.622)	(2.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.982.441	2.862.604

Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de clientes	1.434	12.564	21.022	19.163
Participação estatutária	11.366	7.676	11.366	7.676
Frete e Seguros a pagar	10.563	9.669	16.784	14.439
Aquisição de Empresas	33.586	36.930	33.586	36.930
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs (1)	-	-	10.901	17.347
Comissões a pagar	7.320	5.700	9.088	7.740
Bônus, garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	18.406	10.630	21.197	12.697
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	5.526	5.334
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs	-	-	27.043	27.043
Empréstimos consignados	1.367	1.406	1.711	1.702
Vendas para entrega futura	7.979	5.171	7.979	5.171
Provisão para reestruturação	22.149	-	22.531	-
Demais contas a pagar	5.054	2.565	15.433	8.462
Total circulante	119.224	92.311	204.167	163.704
Aquisição de Empresas	32.542	32.254	32.542	32.254
Adiantamento de clientes	-	-	5.554	5.392
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs (2)	-	-	93.538	93.538
Garantia de produtos e assistência técnica	4.313	4.118	4.313	4.118
Arrendamento mercantil	-	-	8.868	9.403
Passivos provisionados com parceiros <i>joint operation</i>	-	-	34.774	25.303
Benefícios pós emprego (3)	29.722	11.495	29.722	11.495
Demais contas a pagar	2.609	1.339	2.123	486
Total não circulante	69.186	49.206	211.434	181.989

(1) SCPs – Sociedade em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

Nota 20 – Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social a pagar/provisão	371	314	17.732	16.331
PIS e COFINS a pagar/ provisão	683	4.517	1.818	4.542
ICMS e IPI a pagar	18.689	22.113	30.624	33.663
INSS a pagar	506	406	1.278	1.283
Parcelamento de impostos - PERT (1)	-	4.781	-	87.585
Outros impostos a pagar	261	259	314	322
Total circulante	20.510	32.390	51.766	143.726

(1) Na rubrica parcelamento de impostos – PERT estão computados os valores de tributos federais objeto do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Lei 13.496/2017, considerando os descontos advindos pela adesão a este Programa. Nas empresas Cerâmica Urussanga e Massima, que passaram a ser controladas pela Duratex em outubro de 2017, o saldo no passivo em 31.12.2017 relativo aos tributos incluídos no PERT totalizou R\$ 82.803 e foi liquidado no primeiro trimestre de 2018. Na controladora, Duratex S.A., o saldo do passivo dos tributos no PERT em 31.12.2017 totaliza R\$ 4.781. A Duratex liquidou a totalidade do valor devido no PERT existentes em 31.12.2017, utilizando crédito de imposto de renda de prejuízos fiscais acumulados, conforme faculta a lei.

Nota 21 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2016	60.420	48.983	2.257	111.660	Saldo em 31.12.2016	61.647	63.999	2.752	3.000	131.398
Atualização monetária e juros	3.864	6.009	318	10.191	Atualização monetária e juros	3.910	7.744	414	-	12.068
Constituição	6.024	29.780	2.386	38.190	Constituição	7.859	36.747	2.912	-	47.518
Reversão	(15.708)	(11.799)	(1.371)	(28.878)	Reversão	(15.708)	(11.546)	(2.918)	-	(30.172)
Pagamentos	(11.136)	(12.813)	(1.000)	(24.949)	Pagamentos	(11.136)	(22.380)	(9.900)	-	(43.416)
Compensação com depósito judicial	(2.896)	-	-	(2.896)	Compensação com depósito judicial	(2.896)	-	-	-	(2.896)
Transferência circulante (*)	(5.475)	-	-	(5.475)	Transferência circulante (*)	(5.475)	-	-	-	(5.475)
Combinação de negócios Ceusa e Massima	8.854	-	1.086	9.940	Aquisição de controladas Massima e Ceusa	-	5.829	16.909	2.000	24.738
					Combinação de negócios Ceusa e Massima	8.854	-	1.086	-	9.940
					Varição cambial controladas no exterior	24	-	-	-	24
Saldo final em 31.12.2017	43.947	60.160	3.676	107.783	Saldo final em 31.12.2017	47.079	80.393	11.255	5.000	143.727
Depósitos Judiciais	(8.977)	(16.165)	-	(25.142)	Depósitos Judiciais	(8.977)	(20.318)	-	-	(29.295)
Saldo em 31.12.2017 após compensação dos depósitos judiciais	34.970	43.995	3.676	82.641	Saldo em 31.12.2017 após compensação dos depósitos judiciais	38.102	60.075	11.255	5.000	114.432
Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2017	43.947	60.160	3.676	107.783	Saldo em 31.12.2017	47.079	80.393	11.255	5.000	143.727
Atualização monetária e juros	1.802	6.046	257	8.105	Atualização monetária e juros	1.928	7.989	759	-	10.676
Constituição	31.392	28.612	3.175	63.179	Constituição	34.457	33.063	3.693	-	71.213
Reversão	(440)	(20.797)	(1.948)	(23.185)	Reversão	(468)	(27.654)	(6.047)	-	(34.169)
Pagamentos	(3.909)	(12.629)	(4)	(16.542)	Pagamentos	(5.568)	(15.163)	(2.295)	-	(23.026)
				-	Varição cambial controladas no exterior	87	-	-	-	87
Saldo final em 31.12.2018	72.792	61.392	5.156	139.340	Saldo final em 31.12.2018	77.515	78.628	7.365	5.000	168.508
Depósitos Judiciais	(8.940)	(13.490)	-	(22.430)	Depósitos Judiciais	(8.940)	(17.909)	(565)	-	(27.414)
Saldo em 31.12.2018 após compensação dos depósitos judiciais	63.852	47.902	5.156	116.910	Saldo em 31.12.2018 após compensação dos depósitos judiciais	68.575	60.719	6.800	5.000	141.094

(*) Transferência pela adesão ao PERT (Programa especial de regularização tributária).

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) PIS Semestralidade – Ação Declaratória com a finalidade de se ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70, ou seja, seis meses após o reconhecimento da receita do faturamento. A provisão refere-se à divergência sobre o início da atualização do crédito pela SELIC; de novembro de 1997, conforme entende a Fazenda ou janeiro de 1996, primeiro mês da vigência da SELIC, como entende a Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 10.996 (R\$ 11.204 em 31 de dezembro de 2017).

2-) IR e CS – Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referentes à incidência de IR e CSLL sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e de 2003 (não reconhecimento do direito à compensação de IR pago no exterior pelas empresas controladas, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95 e afastamento da incidência de multa moratória pelo depósito judicial realizado após a revogação da liminar). Em 31 de dezembro de 2018 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 5.045 (R\$ 4.943 em 31 de dezembro de 2017).

3-) Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela Fazenda para prevenir a decadência, lavrado com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa. Valor recolhido no REFIS, mas não homologado. Em 31 de dezembro de 2018 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 3.083 (R\$ 2.946 em 31 de dezembro de 2017).

4-) Multa e juros lançados contra a Companhia em decorrência de utilização supostamente irregular do Fundo de Operação de Empresa do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM, nos meses de maio/junho/julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2018 o valor provisionado para essa discussão é de R\$ 3.739 (R\$ 3.429 em 31 de dezembro de 2017).

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda, classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R\$ 462.658. Os principais valores são: 1) R\$ 288.692, relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda.. Ambos os processos encontram-se em discussão no judiciário. 2) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R\$ 56.729. 3) Processos trabalhistas no total de R\$ 58.424. Os demais processos no total de R\$ 58.813, referem-se a processos cíveis e tributários cuja contingência não ultrapassa individualmente R\$ 5 milhões (aproximadamente 50 processos).

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1983 e 1985 (*)	120.973	118.965
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	9.934	12.709
INSS - Contribuições Previdenciárias	46.304	37.320
CPMF - diferencial de alíquota	3.551	3.064
PIS (inconstitucionalidade dos decretos leis nºs 2.445 e 2.449)	44	1.215
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.653	1.562
Outros	7.062	8.293
Total	189.521	183.128

(*) Em maio de 2017 transitou em julgado, no âmbito do STJ, a medida judicial nº 0003293-75.1989.4.03.6100, concedendo à companhia o direito de ressarcimento (compensação) do denominado Crédito Prêmio IPI, do ano de 1984, assegurado à mesma em decorrência dela possuir, a época, Programa de Incentivo à Exportação - BEFIEIX, que assegurava esse incentivo integralmente entre 1976 e 1985. A compensação do crédito, no valor de R\$ 33.719 foi reconhecida contabilmente no segundo trimestre de 2017 a crédito no resultado e a compensação financeira contra o IPI foi realizada diretamente na apuração mensal desse imposto a partir de julho/2017, nas condições da decisão transitada e em atenção ao Decreto-Lei 491/69.

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Após manifestação do Supremo Tribunal Federal – STF em 2017, considerando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, processos relacionados ao tema têm sido julgados favoravelmente aos contribuintes. Nesse cenário, a Companhia ingressou com medidas judiciais para restituição dos valores recolhidos indevidamente e a suspensão dos recolhimentos presentes, não havendo decisão definitiva proferida até a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras. Os valores de eventuais ganhos dependem dos termos que forem julgados e dos períodos que serão considerados na decisão judicial após o trânsito em julgado.

Nota 22 – Arrendamento rural

Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda. (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda. (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 2.198. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 26.374 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 23 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.970.189, representado por 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2017	2.478.659	27.851
Aquisições no exercício	-	-
Baixas no exercício	(161.914)	(1.820) (*)
Saldo em 31.12.2018	2.316.745	26.031

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	11,83

(*) Essas baixas referem-se às entregas de ações para o exercício das opções de ações por parte dos executivos da Companhia.

Baseado na última cotação de mercado em 28 de dezembro de 2018, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 27.407 (R\$ 22.804 em 28 de dezembro de 2017).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de Capital	347.637	345.300
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas a exercer	41.471	62.765
Opções Outorgadas vencidas	60.598	34.538
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	(5.294)	(2.865)
Transações de capital com sócios	(18.731)	(18.731)
Outros Resultados Abrangentes	498.930	474.199
Reservas de Reavaliação	45.239	57.344
Ajuste de avaliação patrimonial	453.691	416.855
Reservas de Lucros	1.869.532	1.980.082
Legal	205.709	184.130
Estatutária	1.582.257	1.718.204
Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	81.566	77.748
Ações em tesouraria	(26.031)	(27.851)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 40.184 (R\$ 37.738 em 2017) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 12.522 (R\$ 11.149 em 2017) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2017) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e R\$ 22.953 (R\$ 22.953 em 2017) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 13 de fevereiro de 2019 aprovou as demonstrações financeiras e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Destinação do lucro líquido	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	431.573	184.875
(-) Reserva legal	(21.579)	(9.244)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(3.818)	(26.786)
(+) Realização da reserva de reavaliação	12.105	3.559
(-) Dividendos propostos/JCP	(286.377)	(60.840)
= Lucros Acumulados	131.904	91.564
Ajuste de transição IFRS 15 e 9	(6.881)	-
Venda de ações em tesouraria (stock options)	(796)	(39)
Equivalência patrimonial reflexa	(169)	-
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(78.957)	(47.618)
Reforço de capital de giro	(41.000)	(35.126)
Aumento de capital em empresas participadas	(4.101)	(8.781)
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

e) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram calculados como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	431.573	184.875
(-) Reserva legal	(21.579)	(9.244)
(-) Incentivos fiscais	(3.818)	(26.786)
(+) Realização de reserva de reavaliação	12.105	3.559
Lucro líquido ajustado	418.281	152.404
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	125.484	45.721
O Conselho de Administração em reunião realizada em 13/12/2018 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 27/12/2018, o valor de R\$ 0,4153600496 por ação que totaliza R\$ 286.377.361,33.	286.377	60.840
JCP do resultado do exercício	286.377	60.840
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(42.957)	(9.126)
JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	243.420	51.714

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13/12/2018 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 27/12/2018, o valor de R\$ 0,4153600496 por ação que totaliza R\$ 286.377.361,33.

Dividendos declarados à conta de Reservas Estatutárias

O Conselho de Administração em reunião realizada em 13/12/2018 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou creditar dividendos em 27/12/2018, o valor de R\$ 0,3771100894 por ação que totaliza R\$ 260.005.247,10.

Nota 24 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 4.142 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 25 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de venda	4.725.216	4.202.115	6.135.829	5.027.342
Mercado interno	4.220.796	3.846.165	5.102.209	4.290.020
Mercado externo	504.420	355.950	1.033.620	737.322
Impostos e contribuições sobre vendas	(993.794)	(902.059)	(1.186.468)	(1.036.476)
Receita líquida de vendas	3.731.422	3.300.056	4.949.361	3.990.866

Nota 26 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	148.134	214.933
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	402.063	295.705	216.797	171.092
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.341.042)	(1.938.221)	(2.330.579)	(1.893.937)
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(687.530)	(663.509)	(900.512)	(835.751)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(273.133)	(267.864)	(775.020)	(528.584)
Despesas de transporte	(311.328)	(258.223)	(370.533)	(313.998)
Despesas de publicidade	(64.082)	(96.019)	(83.221)	(128.862)
Outras despesas	(367.761)	(319.381)	(435.590)	(313.819)
Total despesas por natureza	(3.642.813)	(3.247.512)	(4.530.524)	(3.628.926)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	148.134	214.933
Custo dos produtos vendidos	(2.965.606)	(2.626.403)	(3.798.982)	(3.062.030)
Despesas com vendas	(557.812)	(516.155)	(698.940)	(638.521)
Despesas gerais e administrativas	(119.395)	(104.954)	(180.736)	(143.308)
Total	(3.642.813)	(3.247.512)	(4.530.524)	(3.628.926)

Nota 27 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.358	33.040	54.044	103.563
Variação cambial ativa	21.476	4.240	22.219	2.929
Atualizações monetárias	8.227	12.531	27.881	13.046
Juros e descontos obtidos	10.966	34.106	17.495	42.595
Outras	439	891	881	898
Total	61.466	84.808	122.520	163.031
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(115.608)	(130.118)	(175.646)	(240.570)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(109.209)	(22.142)	(109.319)	(23.159)
Variação cambial passiva	(7.188)	(712)	(11.669)	(6.462)
Atualizações monetárias	(2.461)	(5.688)	(3.496)	(6.916)
Operações com derivativos	64.561	(53.411)	68.301	(49.470)
Taxas bancárias	(4.213)	(4.653)	(7.055)	(7.289)
Imposto de operações financeiras	(107)	(111)	(653)	(1.375)
Outras	(11.735)	(3.581)	(33.279)	(33.903)
Total	(185.960)	(220.416)	(272.816)	(369.144)
Total do resultado financeiro	(124.494)	(135.608)	(150.296)	(206.113)

Nota 28 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Amortização de carteira de clientes	(26.467)	(26.467)	(27.686)	(27.307)
Amortização de mais valia de ativos	(7.791)	(6.941)	(7.791)	(6.941)
Participações e <i>Stock Option</i>	(13.703)	(10.764)	(13.703)	(10.764)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	(10.434)	3.890	(10.636)	5.258
Crédito prêmio IPI	-	37.708	-	37.708
Créditos Prodep - Reintegra	14.406	12.356	14.466	12.514
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal		-	621.126	57.383
Reversão de contingências tributárias pela adesão ao PERT e PEPS (*)	-	11.059	-	37.027
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(224.365)	-	(224.365)	-
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	(29.231)	(33.755)	(21.089)	(29.865)
Total resultados operacionais	(297.585)	(12.914)	330.322	75.013

(*) PERT "Programa especial de regularização tributária" e PEPS "Programa especial de parcelamento SP".

Nota 29 – Vendas de fazendas

Em 2018 e 2017, a controlada Duratex Florestal Ltda., alienou fazendas (somente terras), localizadas nas regiões de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Lençóis Paulista-SP e Taquari-RS, totalizando o valor de R\$ 621.126 em 2018 e 57.383 em 2017 líquido do custo da baixa, dos quais R\$ 489.119 foram recebidos até 31 de dezembro de 2018 e R\$ 28.705 até 31 de dezembro de 2017.

Essas fazendas eram distantes das unidades industriais e possuíam alto valor para outras atividades econômicas, dando continuidade ao plano médio/longo prazo da Companhia e de suas controladas de desmobilização de ativos não essenciais, iniciado em 2016.

A seguir os valores envolvidos na negociação:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor das vendas das fazendas	733.966	78.218
(-) Custo das baixas	(112.840)	(20.835)
Resultados das vendas	621.126	57.383

Nota 30 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	289.342	122.957	582.359	215.228
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(98.376)	(41.805)	(198.002)	(73.178)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	240.607	103.723	47.439	42.965
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	-	(2.005)
Juros sobre capital próprio	63.808	20.686	97.366	20.686
Resultado da Equivalência Patrimonial	216.975	79.370	-	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	17.337	29.092
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(39.873)	-	(39.873)	-
Baixa de IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(27.487)	-
Outras adições e exclusões	(303)	3.667	96	(4.808)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do exercício	142.231	61.918	(150.563)	(30.213)
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(322.660)	(58.244)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.231	61.918	172.097	28.031
Taxa efetiva %	49%	50%	-26%	-14%

Nota 31 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Demonstrações Financeiras da Duratex S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015 e 2017 não houveram outorgas de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data	Qtd	Data	Prazo para	Preço	Saldo a Exercer		Preço	Valor	Competência						Demais
Outorga	Outorgada	da carência	Vencimento	Outorga	31/12/2017	31/12/2018	Opção	Total	Vencidas	2007 a 2014	2015	2016	2017	2018	Períodos
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	586	586	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	24.758	24.758	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.132.434	-	7,26	-	19.456	19.456	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9.194	9.194	-	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	685.019	-	7,04	-	8.716	8.716	-	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.227.778	1.080.061	5,11	9.208	-	9.208	-	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	658.552	581.774	5,69	6.390	-	5.203	1.187	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	1.025.843	897.255	6,54	8.443	-	4.399	2.290	1.754	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	1.872.257	1.648.223	4,48	8.214	-	2.062	2.240	2.232	1.680	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	990.050	784.800	4,00	5.420	-	-	-	1.251	1.515	1.458	1.196
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	31/12/2026	9,02	-	1.032.356	5,19	5.382	-	-	-	-	-	999	4.383
Soma	20.720.343				7.591.933	6.024.469		43.057	62.710	83.582	5.717	5.237	3.195	2.457	5.579
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%
Valor apurado								41.471	60.598	80.765 (1)	5.524 (2)	5.061 (3)	3.088 (4)	2.337 (5)	5.294 (6)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2016;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2017;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 2.316.745 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 32 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de

2018, com 6.008 participantes (6.201 em 31 de dezembro 2017).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelos atuários, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 100.995 (R\$ 105.740 em 31 de dezembro de 2017). A redução de R\$ 4.745 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros resultados operacionais, líquidos". A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações atuariais	(921.437)	(913.655)
Valor justo dos ativos	1.362.574	1.303.523
Ativo calculado	441.137	389.868
Restrição do Ativo devido ao Limite	(340.142)	(284.128)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	100.995	105.740

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 04 de julho de 2016 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 7.752, (R\$ 5.116 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será reconhecido em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 31 de dezembro de 2018 o valor a receber é R\$ 1.707 (R\$ 4.473 em 31 de dezembro de 2017), conforme nota explicativa nº9.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2018:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações atuariais	(72.895)	(71.509)
Valor justo dos ativos	115.541	113.050
(Passivo) / Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	42.646	41.541
Superavit irrecuperável no final do exercício	(27.131)	(29.644)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	15.515	11.897

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	9,13%	9,75%
Taxa de inflação	4,00%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	6,36%	6,62%
Crescimento dos benefícios	4,00%	4,25%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2018	31/12/2017
Tábua de mortalidade	AT - 2000 - desagravada em 10%	AT - 2000 - desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 - desagravada em 70%	RRB 1944 - desagravada em 70%
Tábua de rotatividade	Atuário especialista	Atuário especialista
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 33 – Plano assistência médica - “Pós-emprego”

a) Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários as unidades de Aracaju – SE e o centro de distribuição de Tubarão–SC. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, 13 operadoras de saúde totalizavam 25.059 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

Neste contexto, a Companhia contratou uma consultoria para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 5,00% a.a. para 2018 e 5,43% a.a. para 2017, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 4,00% a.a. para 2018 e 4,15% a.a. para 2017, temos uma taxa de desconto nominal de 9,20% a.a. e 9,91% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	9,20% a.a. (5,00% real a.a.)	9,91% a.a. (5,43% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	9,20% a.a. (5,00% real a.a.)	9,91% a.a. (5,43% real a.a.)
Crescimento salarial	5,47% a.a. (1,83% real a.a.)	6,16% a.a. (1,83% real a.a.)
Inflação médica	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)	7,63% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,85% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagregada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Baseado no salário e tempo de serviço:	
Rotatividade	De 0 – 10 S.M.: 0,60 / (TS+1);
	De 10 – 20 S.M.: 0,45 / (TS+1);
	Acima de 20 S.M.: 0,30 / (TS+1);
	S.M.= Salário mínimo (R\$ 954,00) 2018 e (R\$ 937,00) 2017
Probabilidade de aposentadoria	100% aos 55 anos
Taxa de adesão na aposentadoria	62%
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo atuarial líquido no início do exercício	11.495	8.449
Despesa reconhecida no resultado do exercício	1.278	1.069
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(789)	1.977
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	11.984	11.495

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2018	31/12/2017
Custo do serviço corrente	139	116
Juros sobre as obrigações	1.139	953
Total de despesa reconhecida no resultado	1.278	1.069

Análise de sensibilidade das hipóteses

Nível de Sensibilidade	Taxa de desconto		Inflação médica		Adesão aposentadoria	
	+ 0,5%	- 0,5%	+ 1,0%	- 1,0%	+ 10%	- 10%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre obrigações atuariais	(294.191)	349.325	973.642	(608.052)	76.921	(76.921)
Efeito no valor presente das obrigações	(2.918.828)	3.569.501	8.040.956	(5.438.243)	549.484	(549.482)

b) Plano assistência médica funcionários afastados

A Companhia oferece benefício de plano de saúde para empregados afastados. Neste contexto, a Companhia contratou especialistas atuariais para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2018 de acordo com CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 4,80% a.a. para 2018 líquida de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 4,00% a.a., temos uma taxa de desconto nominal de 8,99% a.a..

Hipóteses Financeiras

	31/12/2018
Taxa de desconto	8,99% a.a. (4,80% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	8,99% a.a. (4,80% real a.a.)
Taxa inflação de longo prazo	4,00% a.a.
Inflação médica	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2018

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagregada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Probabilidade de retorno do afastamento (anos de afastamento)	Até 1 ano: 85%
	Entre 1 e 2 anos: 9%
	Entre 2 e 3 anos: 2%
	Entre 3 e 4 anos: 1%
	Acima de 4 anos: 0%
Probabilidade de aposentadoria	Idade menor que 65 anos:
	100% aos 65 anos
	Idade maior ou igual a 65 anos:
	(Idade+2) anos de afastamento
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	31/12/2018
Despesa reconhecida no resultado do exercício	16.048
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.690
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	17.738

Análise de sensibilidade das hipóteses

Nível de Sensibilidade	Taxa de desconto		Inflação médica	
	+ 0,5%	- 0,5%	+ 1,0%	- 1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre obrigações atuariais	17.089	(19.485)	145.568	(127.291)
Efeito no valor presente das obrigações	(716.769)	772.955	1.621.419	(1.417.813)

Nota 34 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	431.573	184.875
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.784	691.784
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.414)	(2.483)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	689.370	689.301
Lucro básico por ação	0,6260	0,2682

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	431.573	184.875
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.784	691.784
Opções de compra de ações	6.024	7.592
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.414)	(2.483)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	695.394	696.893
Lucro diluído por ação	0,6206	0,2653

Nota 35 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em três segmentos relevantes: Divisão Madeira, Divisão Deca e Revestimentos Cerâmicos. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Consolidado	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Consolidado
Receita Líquida de vendas	3.272.797	1.483.105	193.459	4.949.361	2.515.732	1.430.912	44.222	3.990.866
Mercado interno	2.416.772	1.406.208	178.300	4.001.280	1.902.306	1.372.883	40.211	3.315.400
Mercado externo	856.025	76.897	15.159	948.081	613.426	58.029	4.011	675.466
Varição do valor justo dos ativos biológicos	148.134	-	-	148.134	214.933	-	-	214.933
Custo dos produtos vendidos	(1.905.727)	(1.015.436)	(111.308)	(3.032.471)	(1.609.823)	(907.008)	(24.043)	(2.540.874)
Depreciação, amortização e exaustão	(403.371)	(98.179)	(6.036)	(507.586)	(299.459)	(97.222)	(1.357)	(398.038)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(258.925)	-	-	(258.925)	(123.118)	-	-	(123.118)
Lucro Bruto	852.908	369.490	76.115	1.298.513	698.265	426.682	18.822	1.143.769
Despesas com Vendas	(426.869)	(237.590)	(34.481)	(698.940)	(373.383)	(256.589)	(8.549)	(638.521)
Despesas Gerais e Administrativas	(98.023)	(76.628)	(6.085)	(180.736)	(73.597)	(69.492)	(219)	(143.308)
Honorários da administração	(9.620)	(5.949)	(935)	(16.504)	(8.733)	(6.552)	(327)	(15.612)
Outros Resultados Operacionais, líquidos	430.321	(105.582)	5.583	330.322	32.111	17.504	25.398	75.013
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	748.717	(56.259)	40.197	732.655	274.663	111.553	35.125	421.341

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.